

## UMA AÇÃO QUE VALE UM MILHÃO



O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP), em parceria com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e com a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), lançou no dia 16 de outubro uma campanha de incentivo ao trabalho social e voluntário chamada Uma ação que vale um milhão.

A campanha tem três objetivos: incentivar as empresas e pessoas físicas a destinarem parte do imposto de renda devido (até 1% IRPJ e até 6% IRPF) ao Fundo de Assistência à Criança e ao Adolescente (Funcad); às aplicações em projetos culturais, por meio da Lei Rouanet de incentivo à cultura e às artes, e por último, ao estímulo do trabalho voluntário dos contabilistas, para que dediquem sua experiência na organização de contas de entidades assistenciais e filantrópicas. Muitas vezes, associações desse tipo, por não apresentarem contas corretas, não podem inscrever seus projetos e receber as destinações previstas na legislação.

Apesar de estar em vigor desde 1991, a Lei 8.069 - que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente - continua desconhecida por boa parte da sociedade. Muitos empresários deixam de fazer as destinações aos Municípios e de contribuir com os projetos sociais por desconhecimento ou falta de orientações sobre sua existência. Já a Lei 8.313, de 1991, conhecida como Lei Rouanet em homenagem ao seu criador, o embaixador Sérgio Paulo Rouanet, é considerada um sucesso. Atualmente, em todo o Brasil, 500 mil empresas chegam a aplicar R\$ 4,7 bilhões em projetos sociais, 6% delas utilizando a Lei Rouanet.

No início de junho, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social divulgou resultado de pesquisa intitulada Responsabilidade Social das Empresas - Percepção do Consumidor Brasileiro, que mostra como os consumidores do país estão esperando das empresas algo mais além de bons produtos. Hoje existe uma receptividade muito grande às causas sociais, gerada pela conscientização de que a mudança das condições desse setor no Brasil acontecerá pela mobilização da população e do seu engajamento em movimentos para conseguir uma convivência mais justa e cidadã e diminuir as desigualdades sociais.

A participação do cidadão como voluntário depende do grau pessoal de conscientização de cada um, da sua solidariedade e disponibilidade em doar tempo, trabalho e talento em um serviço espontâneo e não-remunerado. O contador, por exemplo, pode ter como missão duas variáveis. Na primeira, fazer parte de um mutirão para informar a classe contábil sobre as leis de incentivo (Funcad e Rouanet): o profissional contábil pode orientar o contribuinte e aumentar as contribuições às várias causas sociais e culturais contempladas pela legislação. A segunda variável seria incentivar os contadores a se engajarem como voluntários em ações que envolvam serviços das áreas contábil e fiscal. Ciente da necessidade de ações sociais por parte de muitos setores, a sociedade começa a cobrar mais empenho dos profissionais de várias áreas do conhecimento.

Entusiasmado com o lançamento da campanha, o presidente do CRC-SP, Pedro Ernesto Fabri, falou da emoção em saber que a sociedade pode estar informada sobre mecanismos que facilitam a ajuda ao próximo. "Com essa iniciativa esperamos que os formadores de opinião se unam para disseminar a informação, possibilitando assim a destinação de recursos a quem realmente precisa. Acredito que só o empenho da sociedade será capaz de mudar o retrato social do Brasil", diz ele.

Este texto responde à enquete "Você já ouviu falar da campanha "Uma ação que vale um milhão" ?".

O resultado foi o seguinte: 22 pessoas responderam "sim" e 85 "em parte".



Controladoria é tema de livro

*Finanças Públicas - Controladoria Governamental* é o título da versão em livro da dissertação de mestrado defendida na Uerj em junho de 1995 por Blênio César Severo Peixe, que utiliza a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro como estudo de caso.

## EDITORIAL

### (I) Responsabilidade fiscal

Lino Martins da Silva

Notícias veiculadas entre os dias 6 e 8 de dezembro de 2002 dão conta que alguns governos estaduais estão jogando a velha conversa do "me dá um dinheiro aí", em que a União cobriria o déficit orçamentário. O pleito - por mais justo que possa parecer - revela que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) por si só não foi suficiente para mudar o estado de descontrole das finanças públicas. No discurso, todos estão de acordo sobre a necessidade de controlar as despesas públicas e de reforçar a eficácia fiscal. Mas na hora de concretizar tais medidas, todos querem continuar a gastar exatamente o mesmo e, pelo visto, ninguém quer atacar com seriedade os custos dos bens e serviços e nem os que alegremente não pagam impostos.

Em que pese a euforia inicial, a LRF não estabeleceu de que forma os processos do serviço público seriam estruturados e, conseqüentemente, permitiu o uso da malícia orçamentária segundo a qual os gestores podem direcionar uma crise orçamentária e financeira atrasando o cumprimento de despesas compulsórias mediante o pagamento de despesas supérfluas, que rendem mais dividendos políticos. A prática anterior de "jogar" o funcionalismo para pressionar sempre se mostrou eficaz na obtenção de recursos adicionais mediante uma engenharia financeira casuística quadrienal.

Para os leigos cidadãos resta saber até que ponto a própria União, ao invés de tratar do assunto de forma estrutural e sistêmica, não deixa isso acontecer para transformar-se em tábua de salvação. Seria muito bom que fosse divulgada uma lista dos estados e municípios que estão atrasando o pagamento do serviço da dívida e, mais que isso, a obrigatoriedade de divulgação de indicadores de risco (rating) internos, que seriam divulgados independentemente do risco Brasil.

Já encontramos diversos "maus consultores" que têm orientado governantes a praticar estelionato mediante o cancelamento das contas a pagar que excedam o valor do disponível em caixa e bancos, descumprindo um dos artigos mais moralizadores da LRF. A permanecer tal situação iremos notar o retorno dos fantasmas que a Lei de Responsabilidade Fiscal pretendeu extirpar do ambiente público. As contas públicas em déficit, a par da degradação política, podem levar à dependência e, conseqüentemente, ao autoritarismo fazendo com que a população inocente - além de pagar pelos déficits orçamentário e de desempenho - perca a confiança na gestão dos recursos que lhe são subtraídos e sendo levados, quando podem, à prática da evasão.

Será bastante difícil alterar a situação enquanto o orçamento for tratado como uma pizza gigantesca, com recursos ora pulverizados, ora vinculados e sem flexibilidade da prática salutar dos princípios de custos, fazendo com que os administradores sejam elogiados mesmo que gastem mal - desde que atendam ao

cabalístico percentual da vinculação, ainda que para isso deixem certas despesas sem cobertura financeira. Essa situação mostra que o sistema de controle interno atual vive uma crise ao limitar-se a fazer autópsias, identificar culpados e puni-los severamente, mas incapaz de agir preventivamente e ajudar a ensinar os mandatários nos mistérios da ciência da administração.

Os autores da Lei de Responsabilidade Fiscal preocuparam-se mais em estabelecer regras e punições e menos em tratar da contextualização do processo decisório, indicando os caminhos da boa governança dos recursos postos à disposição. Observa-se a ausência de definições claras sobre o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou sobre o sistema de contabilidade e auditoria, sendo que estes últimos dão mais ênfase em fiscalizar e atribuir responsabilidades e penalidades. Os administradores públicos, por seu turno, mostram uma atitude passiva diante das dificuldades de gerenciamento das finanças, parecendo acreditar que as composições, os conchavos e a conversa ao pé do ouvido possam resolver o problema. De repente são esses que têm razão...

## ENTREVISTA

### Entrevista com François de Bremaeker - economista e geógrafo do IBAM



François E. J. de Bremaeker é coordenador de Articulação Político-Institucional e coordenador técnico do Banco de Dados Municipais do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Como parte das suas atividades nessas funções produz regularmente projeções e boletins sobre a conjuntura econômico-financeira de interesse dos municípios. Bremaeker também é membro da Câmara Técnica de Diversificação da Economia Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e integra o do Comitê Técnico de Universalização da Energia do Conselho Nacional de Política Energética.

Pre\$tando Conta\$ - Em seu artigo "O Município: para muitos ainda um eterno desconhecido", o Sr. fala sobre a síndrome de simetria. O que significa a expressão?

François de Bremaeker - Desde que comecei a trabalhar no IBAM, há 32 anos, ouço o Professor Diogo Lordello de Mello (um de seus fundadores e o responsável pela existência do IBAM que este ano completou 50 anos) falar da síndrome da simetria. Trocando em miúdos é o fato de querermos imaginar que todos os Municípios são iguais entre si. Fazendo uma analogia é o mesmo que acontece conosco, seres humanos. Todos devemos seguir as mesmas regras, temos os mesmos direitos e obrigações, mas, convenhamos, cada cidadão é diferente do outro. Apenas citando alguns exemplos: os Municípios são diferentes em função do número de habitantes, do grau de urbanização, da extensão do território, da sua localização no espaço, da composição da população (nível de instrução e distribuição de renda), da sua base econômica, da estrutura das suas receitas e etc. Além do mais, existem diferenças quanto à percepção dos Prefeitos, dos Vereadores, do grau de participação da população e das colorações políticas que regem suas relações interna e externa-mente. Fica bem evidente que a combinação destes fatores e de tantos outros mais, fazem com que cada Município reaja de maneira diferente aos estímulos do ambiente em que está inserido. A síndrome é justamente querer achar que são todos iguais.

Pre\$tando Conta\$ - O Sr. também trata das políticas setoriais, sem visão de conjunto, e que repassam encargos aos Municípios onerando as administrações municipais. Quais políticas e encargos são estes?

François de Bremaeker - Quando o Governo Federal, e mesmo os Estados, estabelecem suas políticas setoriais, cada um dos órgãos responsáveis pelas mesmas define suas metas e parte para a implementação dos seus programas sem que haja uma preocupação com a integração das ações. Dentro de um Ministério ou de uma Secretaria de Estado - como por exemplo nas áreas da saúde, da educação, do saneamento, da

agricultura ou do meio ambiente, apenas para citar algumas - cada programa tende a seguir uma trajetória independente, pois em razão da sua dimensão, torna-se meio complicado promover sua integração. É por isso que muitas vezes se ouve falar que existem superposições de ações, o que faz com que uma parte do dinheiro possa acabar sendo desperdiçado. E como cada programa se desenvolve isoladamente, muitos deles somente conseguem ser implementados quando contam com o apoio municipal. Neste caso, o Município desempenha diferentes papéis: pode apenas ser uma espécie de representante local (efetuando o cadastramento das pessoas que serão atingidas pelo programa e que tem um custo), como pode ser o agente do programa (muitas vezes tendo de participar com uma contrapartida financeira). Neste último caso, a situação do Município é mais delicada, pois se vê obrigado a complementar uma parte dos recursos, já que é feita uma ampla divulgação de que o programa existe e que a população pode ter acesso a ele desde que o Município se disponha a executá-lo.

Pre\$taando Conta\$ - A população, em sua maioria, desconhece as atribuições e competências específicas de cada ente da Federação. No início do ano, por exemplo, quando da epidemia de dengue no Rio, as pessoas não sabiam de quem cobrar, pois a União responsabilizava o Estado, que por sua vez culpava o Município, que responsabilizava ambos. Isto evidencia uma falta de sintonia e contribui, em parte, para manter a população desinformada. Quais são as atribuições da União e do Estado?

François de Bremaeker - Juridicamente encontramos referência às competências na Constituição Federal em seus artigos 21, 22, 23, 24, 25 e 31. Se somarmos os incisos que efetuem a discriminação dos itens elencados, vamos encontrar 91 referências explícitas, fora a permissão para que seja feito tudo aquilo que a Constituição não veda ao ente federado. Como a população em geral não vai consultar a Constituição Federal, as Constituições estaduais e nem a Lei Orgânica Municipal, onde descobrirá o que é privativo ou comum aos diferentes entes federados, acaba partindo para a solução mais prática: cobra as responsabilidades dos Prefeitos e Vereadores, que são os governantes mais próximos. Sabe-se que num município como o do Rio de Janeiro é mais incomum chegar ao Prefeito. Mas na imensa maioria dos municípios brasileiros, de pequeno ou médio porte, todo mundo sabe onde moram o Prefeito e os Vereadores. O exemplo citado do mosquito da dengue, dá uma exata demonstração da confusão que se estabelece. Se as diferentes esferas de Governo ficam a jogar o problema uma para a outra, como é que a população vai saber de fato quem é o responsável? Neste caso são todos, pois é uma competência comum.

## ENTREVISTA

### Entrevista com François de Bremaeker - economista e geógrafo do IBAM

Pre\$taando Conta\$ - E quais seriam as atribuições próprias dos Municípios?

François de Bremaeker - O elenco de ações que um Município desenvolve, o grau de intensidade com que cada serviço é prestado e as diferenças entre eles mostram o quanto é difícil estabelecer normas rígidas que venham a determinar um modelo de gestão. Por isso é tão difícil estabelecer normas de cooperação que não se resumem aos aspectos puramente técnicos e financeiros, mas que se vêem entrelaçados a aspectos políticos.

E é exatamente em razão deste panorama de dubiedades que aos Municípios são atribuídos cada vez mais e mais novos encargos, a tal ponto que está sendo difícil para a grande maioria deles equilibrar suas finanças sem comprometer o nível de qualidade dos serviços prestados.

Somente para ter uma idéia de grandeza, os encargos de responsabilidade do Governo Federal e dos Estados suportados pelos Municípios somavam pelo menos R\$ 3,8 bilhões em 2000. Isso representava, para os Municípios com menos de 10 mil habitantes (metade do número de Municípios do País), quase 11% do seu orçamento. Se forem descontados os recursos vinculados constitucionalmente à educação e à saúde, esse percentual se eleva a 27% dos chamados recursos "livres".

Pre\$taando Conta\$ - Que sugestões o Sr. daria para que as atribuições do Município se tornassem mais conhecidas da população?

François de Bremaeker - A única maneira da população saber tudo aquilo que o Município faz, inclusive as ações que deveriam ser de responsabilidade do Governo Federal e dos Estados, é uma verdadeira prestação de contas, traduzida em miúdos. Ou seja, feita numa linguagem popular, através dos meios de que possa dispor. Como já dizia o saudoso Chacrinha, "quem não se comunica, se trumbica". Prefeitos e Vereadores têm a responsabilidade de informar a população sobre tudo aquilo que é feito, inclusive como uma forma de valorizar suas ações, pois se eles não o fizerem ninguém fará por eles.

Pre\$tando Conta\$ - O IBAM desenvolve algum trabalho neste sentido? Quais?

François de Bremaeker - Há 50 anos o IBAM tem como missão a defesa intransigente dos interesses dos Municípios. O IBAM foi idealizado a partir de uma moção apresentada durante um Congresso Brasileiro de Municípios, realizado em São Vicente nos idos de 1952. Assim, o Instituto desempenha o papel de braço técnico do movimento municipalista, elaborando estudos e pesquisas que têm por objetivo não apenas conhecer a realidade municipal brasileira, mas também subsidiar os parlamentares na elaboração de projetos que sejam de interesse dos Municípios. Esta é a face institucional do IBAM. O que permite sua sobrevivência é o desenvolvimento de projetos nas áreas de organização e gestão, capacitação de servidores, desenvolvimento urbano e meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, além de consultoria jurídica e financeira.

Pre\$tando Conta\$ - Quais as perspectivas das políticas administrativas para os Municípios?

François de Bremaeker - O País tem avançado a passos largos na consolidação do processo democrático. A sociedade não se contenta em apenas eleger os seus representantes, mas tem demonstrado um crescente interesse em participar da formulação das políticas públicas. Um exemplo disto é o crescente número de Municípios que vem adotando a prática do chamado orça-mento participativo. Uma das consequências naturais deste processo é o aumento das demandas por ações de cunho social (aliás, não é de hoje que se fala na "dívida social"), o que sem dúvida alguma vai aumentar em muito a pressão sobre os Municípios brasileiros para o atendimento destas demandas, visto que é a esfera de Governo que está mais próxima da população.

Os resultados de recente pesquisa desenvolvida pelo IBAM, com o objetivo de conhecer as expectativas dos Prefeitos em relação aos novos governantes - Presidente da República e Governadores - mostram que os Prefeitos estão conscientes de que os Municípios vêm desempenhando um papel cada vez mais importante no aperfeiçoamento do federalismo no País, que deverá evoluir para um formato de federalismo cooperativo.

### **Ouvidoria itinerante de Desenvolvimento Social completa um ano de atuação**

Um carioca liga para a Ouvidoria de determinada Secretaria para encaminhar uma crítica; o ouvidor atende e registra a reclamação: o objetivo é resolver o problema apresentado pelo cidadão, fato que se tornou comum em todas as Ouvidorias do Município. A novidade que o contribuinte passou a conhecer foi a Ouvidoria Itinerante, serviço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), que, no mês de setembro, completou um ano percorrendo os bairros da cidade para atender à população.

A Ouvidoria Itinerante presta auxílio a toda cidade do Rio de Janeiro, realizando reuniões mensais nas 10 Coordenadorias Regionais (através das quais o território do Município é dividido pela SMDS para facilitar o trabalho). Nesses encontros, a ouvidora geral da SMDS, Liége de Souza, tem a oportunidade de conversar com representantes locais de associações de moradores e de organizações não governamentais, com os funcionários da coordenadoria regional, com os atendidos pelos programas locais da Secretaria e com a população em geral.

No mês de outubro, entre os dias 21 e 29, a Ouvidoria Itinerante esteve nos bairros de Jacarepaguá, Lins de Vasconcelos, Santa Cruz, Centro, Bangu, Ilha do Governador, Campo Grande, Vila Isabel, Irajá e Laranjeiras recebendo reclamações e sugestões, tirando dúvidas da população e apresentando soluções para os problemas que sejam da competência da Secretaria de Desenvolvimento Social.

De acordo com a ouvidora geral, o trabalho oferece o acesso direto do cidadão ao poder público, possibilitando aos mais carentes a oportunidade de falar sobre as dificuldades encontradas na Secretaria e também sobre os mais variados assuntos relacionados à Prefeitura. "As reclamações mais frequentes da população giram em torno da ampliação das vagas nos programas e projetos desenvolvidos na área e a implantação dos diversos programas da SMDS em localidades ainda não beneficiadas, na região de abrangência da coordenadoria regional", afirma a ouvidora geral.

Liége de Souza diz que recebia, em média, 77 solicitações por mês até a criação do atendimento itinerante em setembro de 2001. A partir daí, os números só cresceram. Em outubro deste ano, por exemplo, a Ouvidoria da SMDS atendeu a 251 pedidos, resolvendo 80% das solicitações. Em quatorze meses trabalho foram 2.580 atendimentos através do trabalho itinerante, via telefone e internet.

A ouvidora reconhece que a nova abordagem facilita a vida do carioca na hora de registrar todas as suas dificuldades, personalizando o atendimento com rapidez. Para ela, a maior prova da satisfação da população é percebida exatamente nos encontros: "podemos avaliar a credibilidade dessa iniciativa através da constância das presenças e do aumento de participantes a cada Ouvidoria Itinerante, além do aprofundamento das questões trazidas pelos cidadãos, considerando que as básicas já foram atendidas", diz Liége. A iniciativa pioneira mostrou-se necessária devido à dificuldade da população em ter acesso à internet e até mesmo a uma linha de telefone.

O serviço itinerante tem a aprovação, inclusive, do ouvidor geral da União, Nelson Parucker. Para ele, o poder público deve estimular a participação popular cada vez mais, ampliando o acesso do cidadão aos instrumentos capazes de resolver suas questões. "A ouvidoria itinerante é também uma eficiente ferramenta de educação e conscientização da população sobre seus direitos e poder", completa Parucker.

ESTANTE

#### Finanças públicas em busca do atendimento da LRF



Finanças Públicas - Controladoria Governamental  
Blênio César S. Peixe  
Editora Juruá, 2002.  
231 p.

Segundo o pesquisador H. James Harrington, "nenhum auditor poderá fazer um trabalho de avaliação de operação de modo melhor que o gerente imediato. Ninguém conhece mais sobre as pessoas, seus clientes, suas forças, suas fraquezas e seus compromissos que o gerente direto responsável por sua área".

Esta é uma das citações que abrem o livro do professor Blênio César Severo Peixe, versão impressa de dissertação de mestrado defendida em 15 de junho de 1995 no curso de pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Finanças Públicas: Controladoria Governamental é uma importante contribuição para a escassa bibliografia brasileira na área de sistema de controle do setor, que em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal e da transparência cada vez mais exigida pelo cidadão-contribuinte, está em constante transformação.

O autor é professor da Universidade Federal do Paraná e doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade do Museo Social Argentino (UMSA), além de pesquisador na área de finanças públicas. De acordo com o Prof. Lino Martins da Silva, livre docente da UERJ e Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro, que assina o prefácio do livro, "na esteira de um processo moderno de controle não haverá mais lugar, a rigor, para aqueles profissionais de contabilidade que não estejam preparados, especialmente sob o ponto de vista da sua formação técnica, para entender a administração do patrimônio público e abandonar conceitos que vêem a contabilidade governamental como um instrumento da execução orçamentária e financeira de cada exercício e, conseqüentemente, deixando de levar em conta as mutações patrimoniais com origem em exercícios anteriores bem como aqueles que repercutem em exercícios anteriores bem como aqueles que repercutem em exercícios futuros. Tal entendimento desses reflexos só pode ter conseqüência com a criação de um rígido sistema de controle interno, e neste sentido, o trabalho do Prof. Blênio é, por todas as razões, muito bem-vindo".

Publicado em 2002 pela Editora Juruá, de Curitiba (PR), o livro tem 252 páginas e está dividido em sete capítulos: Estado da arte sobre o controle; Funções gerenciais contemporâneas; Estrutura de modelos e controles na gestão pública; Estratégias do novo estado - fatores de sustentação para transformação de performance; Controladoria nas entidades privadas; Organização da controladoria governamental e Considerações finais.

Nas palavras de Blênio Severo Peixe, um dos pontos interessantes do volume é a reprodução da estrutura de um modelo redesenhado do setor público, com enfoque no controle interno gerencial, importante "para a consolidação do processo democrático na busca do trinômio da moralidade, cidadania e justiça social". O estudo do professor está especialmente voltado para as demandas que passaram a existir com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **Evento estimula debate entre auditores**

A auditoria no próximo milênio foi o tema principal da primeira e mais concorrida palestra da I Semana de Auditoria, realizada entre 3 e 6 de setembro no auditório do Arquivo Geral da Cidade. Apresentado pelo auditor José Francisco Moraes, diretor mundial de auditoria da Bunge International (empresa com equipes de auditoria no Brasil, Argentina, Europa, Ásia e Estados Unidos), o assunto foi abordado a partir da experiência profissional de 31 anos de Moraes na área privada. Ele explicou aos funcionários da Controladoria Geral do Município sua visão de negócios, destacando a necessidade crescente do auditor adaptar-se às novas tendências e demandas de um mercado cada vez mais globalizado e em constante mudança.

Como exemplo das transformações, José Moraes chamou a atenção para a revolução provocada pela informática e suas implicações no setor de auditoria: "Toda a nossa auditoria, por exemplo, está ligada à intranet. Trabalhamos sem papel desde 1988. O meu laptop, onde armazeno minhas informações, é meu escritório portátil", disse ele. O auditor contou que perdeu excelentes profissionais que não conseguiram se adaptar à era do computador. Além disso, a falta de adaptação a cenários de instabilidade pode determinar o fim de um negócio.

José Moraes também falou sobre um novo modelo de auditoria, em que os relatórios não registrariam apenas a história do erro, mas dimensionariam os riscos, pontos críticos e as exposições que determinam o sucesso ou o fracasso das metas. "Relatório de auditor relata o passado. Quando começamos a comparar cenários, evitamos que aconteçam erros. Cada cenário necessita de um tipo de controle diferente. O auditado não é inimigo do auditor, mas sim parceiro dele".

Para a auditora geral do Município, Márcia Andrea Peres Suzano, os objetivos da I Semana de Auditoria foram alcançados ao permitir a técnicos da CGM o acesso aos métodos de auditoria praticados em diversas áreas de atuação e conscientizar os profissionais da necessidade de mudar o enfoque da auditoria, alocando os recursos nas áreas de maior relevância (auditoria baseada em risco).

O evento contou com cerca de 100 participantes por dia, entre eles representantes do Tribunal de Contas do Estado e do Município, da Auditoria Geral e da Contadoria do Estado e da Controladoria Geral da União. Márcia Andrea, organizadora do encontro, pretende promover a II Semana de Auditoria no primeiro

semestre de 2003. Ela enfatizou a abrangência dos temas da I Semana trazidos por profissionais das quatro maiores firmas de auditoria do mundo (KPMG, PriceWaterhouse Coopers, Ernst & Young e Deloitte Touche) e de duas renomadas auditorias internas do Brasil - uma da área privada (Bunge International) e outra da área pública (Braspetro).

---

#### **Fórum reúne coordenadores de informática**

Trinta e seis dos 43 coordenadores de informática da administração direta e indireta da Prefeitura do Rio participaram no dia 26 de agosto em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, do 1º Fórum de Articulação e Integração do Sistema Municipal de Informática. Organizado pela IplanRio, o evento reuniu 65 pessoas, entre coordenadores, diretores e técnicos da Empresa Municipal de Informática, membros do grupo gestor de desenvolvimento, coordena-dores do comitê de articulação e integração, além de um representante do Tribunal de Contas do Município. O público participou de debates, filmes e dinâmicas de grupo e ouviu depoimentos dos coordenadores da câmara de articulação e integração e dos comitês permanentes (subdivididos em seis áreas de maior relevância).

De acordo com o presidente da IplanRio, Julio Lagun, os desafios apresentados foram discutidos com maturidade. "O resultado foi o consenso de que a tecnologia de informação não é um elemento acessório, mas uma ferramenta básica para o desenvolvimento institucional da administração municipal, o que nos torna responsáveis por uma ação pró-ativa e efetiva". Segundo Lagun, essa ação se materializará através da construção de um espírito comum, colocando a tecnologia da informação a serviço dos objetivos do governo.

Para os organizadores do Fórum, o balanço foi positivo: dos participantes que preencheram a ficha de avaliação ao final do evento, 13 disseram que o resultado esteve "acima das expectativas". Para 28 participantes, o resultado "atendeu as expectativas". A proposta do encontro foi buscar a integração de todo o sistema de informática da Prefeitura, com os coordena-dores passando a se conhecer melhor. Ainda que no primeiro encontro o surgimento de novas propostas tenha sido tímido, a intenção da IplanRio é organizar mais reuniões desse tipo, já que o Fórum possibilitou a equalização do trabalho de todos.

O Sistema Municipal de Informática (SMI), que reúne todas as coordenadorias da área, foi instituído pelo decreto nº19.410, de 1º de janeiro de 2001, assinado pelo prefeito Cesar Maia para "promover ações integradas entre os órgãos da administração direta, indireta e fundacional".

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

**Prefeito:** Cesar Maia

**Vice-Prefeito:** Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

**Controlador Geral:** Lino Martins da Silva

**Sub-controlador:** Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

**Assessora:** Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

**Edição:** Sonia Virgínia Moreira

**Redação:** Graça Louzada e Philippe Deschamps

**Editoração:** Inez Torres

**Ilustração:** Zope

**Versão Online:** Edgard Bernardino